

“FALÊNCIA DA POLÍTICA”?¹

“POLITICAL BANKRUPTCY”?

*José João Neves Barbosa Vicente*²

Recebido: 03/2019

Aprovado: 10/2019

Resumo: A política é daquelas atividades indispensáveis que, direta ou indiretamente, afeta a totalidade dos membros de uma sociedade, independentemente dos sentimentos e posicionamento deste ou daquele indivíduo sobre ela. No entanto, de vez em quando, não é raro ouvir que ela está em crise ou “falida”. Assim, tomando como objeto de estudo a democracia representativa, este texto faz uma breve análise da política a partir dos escritos de Arendt, no intuito de colocar em evidência a sua verdadeira relação com a sua razão de ser, isto é a liberdade.

Palavras-chave: Arendt; Democracia; Política; Representação; Totalitarismo.

Abstract: The policy is one of those indispensable activities that, directly or indirectly, affects the totality of the members of a society, regardless of the feelings and positioning of this or that individual. However, once in a while, it is not uncommon to hear that it is in crisis or "bankrupt". Thus, taking as the object of study the representative democracy, this text makes a brief analysis of the policy from the writings of Arendt, in order to put into evidence its true relationship with its reason of being, this is freedom.

Keywords: Arendt; Democracy; Policy; Representation; Totalitarianism.

A expressão “falência da política” ou “falência política” não é incomum entre nós, frequentemente ela aparece nos textos publicados em vários cantos do mundo, nos discursos, nas entrevistas e em simples conversa entre os indivíduos. Essa expressão incomoda e preocupa, principalmente porque a política é uma atividade que, direta ou indiretamente, afeta a todos independentemente do posicionamento ou sentimento de cada um em relação a ela. Amada ou odiada, elogiada ou criticada, apreciada ou desprezada, a política insiste em permanecer na vida dos membros de uma sociedade sem qualquer previsão de retirada. Mas, apesar da sua forte presença na vida dos homens, não se pode deixar de sublinhar que, constantemente, ela segue

¹ Neste artigo o autor retoma e desenvolve alguns dos pontos contidos na pesquisa desenvolvida no curso de pós – graduação na UFBA, sob a orientação do professor Dr. Genildo Ferreira da Silva.

² Doutor em Filosofia. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: josebvicente@bol.com.br

por caminhos que destoam radicalmente da sua “razão de ser”, a saber, a liberdade como participação política efetiva dos cidadãos nos assuntos públicos.

Essa situação na qual se encontra a política que, para alguns estudiosos e especialistas, representa sua “falência”, não pode ser entendida como se fosse um mistério, um acaso ou algo sem explicação. Além da irresponsabilidade ou falta de compromisso sério daqueles que diretamente estão envolvidos nessa atividade, uma consulta aos textos de Arendt sobre a política, leva a crer que essa situação possui longas raízes que, se acompanhadas de forma atenta, podem levar até ao desmoronamento de um mundo que era sustentado pela “trindade romana” de *religião, tradição e autoridade*. Por longo tempo, sublinha a autora em seus escritos, esse importante alicerce funcionou como um poderoso suporte às ações dos homens e sempre serviu de referência para seus modos de verem o mundo e de entenderem o papel que desempenham nele; era essa “trindade” que dava sentido aos assuntos humanos e servia de fundamento à comunidade política garantindo a sua existência. Ela estava diretamente ligada à experiência da fundação da cidade de Roma; uma experiência singular com caráter sagrado para os romanos e que marcava todas as gerações futuras como medida de suas ações. Para os romanos, “participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma” (ARENDDT, 1972, p.162).

Além do caráter sagrado da fundação, a ideia da *tradição* presente nessa “trindade” garantia também a sobrevivência da organização política. Com foco na preservação da *tradição*, o povo romano transmitia de uma geração a outra os modos de ser e de agir estabelecidos no início da fundação da cidade. Todo esse cuidado tinha a ver fundamentalmente com a observação e a preservação das normas, uma vez que, para os romanos, respeitar a tradição era dar sentido à autoridade. O povo romano estava consciente de que, preservando a “tradição”, o “passado” também estaria preservado; somente dessa forma era possível a uma “geração” legar “a outra o testemunho dos antepassados que inicialmente presenciaram e criaram a sagrada fundação e, depois, a engrandeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos”. A ininterrupção dessa tradição manteria a “autoridade” para sempre “intata”; para os romanos, “agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível” (ARENDDT, 1972, p.166).

A força da “trindade romana” encontrava-se alicerçada a um início investido de autoridade, do latim *auctoritas*, uma palavra derivada do verbo *augere* que quer dizer “aumentar”. De acordo com Arendt, entre os romanos, “aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação”. Os anciãos, o Senado ou os *patres* eram dotados

de autoridade que eles “obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de *maiores* (fundadores)” (ARENDT, 1972, p.163-164). Os laços que uniam os homens à tradição eram religiosos; e essa tradição “sobreviveu à transformação da República em Império” e “penetrou onde quer que a *pax Romana* tenha criado a civilização ocidental sobre alicerces romanos” (ARENDT, 1972, p.167). Mas, através de um longo e contínuo processo histórico, o seu sentido originário foi progressivamente pervertido até se dissolver completamente: a tradição se transformou em “um assunto erudito, não vinculante para todos”, a religião tornou-se “um assunto privado sem relevância pública – deixou de ser uma parte do mundo comum”; com a perda dessas duas peças fundamentais da “trindade”, chegou a vez da “autoridade política” se dissolver e perder a “sua legitimidade” (ARENDT, 2011, p.230).

Com o desmoronamento de um mundo que dava sentido aos assuntos humanos e às relações entre eles, a política perdeu o rumo, os homens ficaram perplexos e um grande abismo se abriu entre eles. Desse abismo sombrio e tenebroso surgiu uma das respostas políticas mais catastróficas de toda a história dessa atividade para a situação na qual se encontrava os homens: o fenômeno totalitário, cujo objetivo principal não era apenas negar a liberdade de forma radical, mas também aniquilá-la. Esse fenômeno simplesmente recusou “toda a diferença, toda a pluralidade e toda a alteridade”; e como se sabe, a “verdadeira liberdade” não existe “sem a pluralidade, a diferença e a exterioridade” (MÈLICH, 1998, p.25). A resposta totalitária para um mundo em profunda crise e desorientação política foi, sem dúvida, mais catastrófica do que a própria perda da “trindade romana”. O fenômeno totalitário soube tirar proveito de um mundo despedaçado, desmoronado, desesperado e incapaz de apresentar alternativas políticas para os problemas que enfrentava e ofereceu às “massas” desorientadas e perdidas, “uma fuga suicida” que rapidamente foi aceita; o totalitarismo foi uma “resposta destrutiva encontrada para todos os impasses”, o “último apoio num mundo onde ninguém merece confiança e onde não se pode contar com coisa alguma” (ARENDT, 1989, p.12, 530).

A política ainda luta para se reconstruir e se reafirmar como uma atividade confiável e eficaz, capaz de oferecer à “dignidade humana” uma “nova garantia” através de “novos princípios políticos” (ARENDT, 1989, p.13). Mas, para isso, ela precisa dar uma resposta radical ao fenômeno totalitário; ou como disse Neto (2013, p.58), é preciso uma “outra resposta diante da resposta destrutiva totalitária”. Se a resposta totalitária eliminou completamente os espaços de manifestação da liberdade dos indivíduos, uma nova resposta precisa necessariamente reabrir e ampliar esses espaços para todos. A política precisa reconstruir-se a

partir de fundamentos firmemente alicerçados em bases e estruturas sólidas, capazes de colocá-la na condição de responder efetivamente aos desafios políticos, mas sempre em termos absolutamente não totalitários; a política precisa ser sempre uma atividade radicalmente inversa à forma e à ideia totalitárias de governar os homens. Esse esforço deve ser contínuo, uma vez que as ideias totalitárias de governar os homens não morreram definitivamente com a queda dos regimes totalitários, elas ainda habitam entre nós como “uma atração e uma advertência” (ARENDR, 1989, p.511).

Nessa reconstrução, nunca é demais lembrar que, quando se trata de política, não estamos no campo de convicções e ideias pessoais ou de um grupo específico de indivíduos; não estamos também no campo de posicionamentos absolutos e imutáveis. Na política, como sempre defendeu Arendt, falamos e agimos na presença de nossos pares, manifestamos a nossa liberdade no espaço público e sempre escutamos os outros, sem impedi-los jamais de manifestarem suas opiniões ou violentá-los por expressarem suas ideias, ainda que sejam absolutamente contrárias às nossas. Nas palavras de Mouffe (1996, p.28), a política é o campo onde “as pessoas se encontram a si próprios no reino da opinião, ou *doxa*”, ela não pode, em hipótese alguma, ser reduzida a um sistema de convicções ou a um conjunto de objetivos imutáveis defendidos por um indivíduo ou por um grupo específico de indivíduos. Todos precisam estar cientes que, como seres humanos, não vivemos fora de “uma condição humana”; é por isso que “não podemos, portanto, através da política, pretender alcançar o ideal absoluto” (CRICK, 1981, p.1). A política como sempre lembrou Arendt, é uma atividade que sempre pressupõe os outros, seu fundamento maior é a pluralidade dos homens; ela respeita a convivência, a comunidade dos diversos, bem como a multiplicidade dos pontos de vista.

Hoje, grande parte dos pesquisadores e estudiosos da política considera a democracia representativa como um dos seus maiores avanços ou conquistas; para muitos, ela é uma resposta definitiva à “resposta totalitária” e uma “imagem” clara da recuperação e da reconstrução da política e da sua “dignidade”. Para Mbonda, por exemplo, atualmente, “todos os teóricos da democracia e do Estado de direito admitem que as instâncias políticas devem ser dirigidas através de representantes do povo” (MBONDA, 2009, p.45). Esse cenário fica mais claro, principalmente quando se olha com atenção e cuidado para as mobilizações e os discursos políticos que acontecem ao redor do mundo; neles não é difícil de se perceber que o objetivo principal, na maioria das vezes, gira em torno da defesa desse tipo de sistema de governo; raramente acontecem mobilizações e discursos políticos expressivos contra a ideia de que, na política, alguns representantes devem decidir no lugar do povo sobre o que deve ser feito; é

como se a democracia representativa reinasse de forma absoluta, em comparação com outras formas de governo.

No entanto, uma leitura atenta dos escritos políticos de pensadores como Rousseau e Arendt, admiradores dos gregos antigos e singulares em matérias de valorização e defesa da participação dos cidadãos na vida política, certamente revela alguns motivos para que se desconfie da eficácia da democracia representativa. Para esses autores, a introdução do mecanismo da representação na política dificulta a liberdade dos cidadãos entendida como participação política efetiva: quando o povo é representado, não se pode falar da liberdade como participação política efetiva; para ambos os autores, se existe esse tipo de liberdade na democracia representativa, ela se manifesta apenas nos momentos em que o povo elege seus representantes, quando termina esse ato, essa liberdade também cessa (VICENTE, 2017, p.83-91). A palavra representação, como destacou Rousseau em sua obra *Do contrato social*, não tem nada a ver com a liberdade. Para ele, quando se olha para as “antigas repúblicas”, bem como para as “monarquias”, não é difícil de se constatar que “jamais teve o povo representantes, e não se conhecia essa palavra”. Representação é uma ideia do período medieval e está ligada à perda do amor e do senso da liberdade; é uma ideia importada do “Governo feudal, desse governo iníquo e absurdo no qual a espécie humana só se degrada e o nome do homem cai em desonra” (ROUSSEAU, 1983, p.108).

Arendt, por sua vez, não discute propriamente o conceito de representação em seus estudos, mas destaca que, a democracia contemporânea, com o seu mecanismo de representação política, não pode ser considerada uma solução efetiva e eficaz para o problema político; ela também não se constitui em uma resposta definitiva à resposta totalitária. A democracia representativa para Arendt, não é, em hipótese alguma, um sistema político de governo equivalente ao totalitarismo, mas encontra-se impregnada de vários elementos que descaracterizam a política e transformam o seu sentido em uma atividade de administração burocrática. A burocracia, em termos arendtianos, não se alinha com a liberdade; ela “é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir”, e nenhum homem é “um ser político” quando privado da “sua faculdade para ação”, uma vez que é essa faculdade que “o capacita a reunir-se a seus pares, a agir em concerto” (ARENDR, 2001, p.59). A democracia liberal e representativa “aprofundou [...] a incompatibilidade entre política e liberdade” e fortaleceu “os preconceitos tradicionais sobre a política ao sediar a esfera do político no aparato do Estado” (NETO, 2013, p.57).

Um dos principais alicerces da democracia representativa é, sem dúvida, o procedimento

eleitoral através do qual os cidadãos escolhem periodicamente seus representantes. Esses procedimentos permitem que o povo manifeste a sua voz, mas não é suficiente para que ele manifeste sua liberdade como participação política efetiva, uma vez que se trata de um ato limitado apenas ao período eleitoral; depois desse momento, como observaram Rousseau e Arendt em seus escritos, apenas os eleitos participam e desfrutam efetivamente da política e, muitas vezes, de costas para o povo. Portanto, apesar de representar um avanço político considerável na arte de governar os homens, não se pode deixar de assinalar com Arendt que a democracia representativa transformou a política em um campo no qual os “profissionais da coisa pública” mandam e desmandam. Isso significa dizer que mesmo com todos os elogios, reconhecimento e apoio, a democracia representativa não conseguiu ainda se firmar definitivamente como um verdadeiro espaço de liberdade. De um modo geral, ela fez da política uma mera “profissão” e contribuiu para o surgimento de inúmeros “profissionais” ávidos por esse “cargo”, cujo “patrão” é aquele que dele menos participa ou desfruta, isto é, o povo.

Em termos arendtianos, na democracia representativa a política que deveria ser uma “esfera pública” e cumprir o seu papel como tal, surge, infelizmente, como qualquer outra “esfera privada” ou como uma simples “profissão”; ela “converteu a política em monopólio de ‘profissionais’ da coisa pública” e eclipsou os espaços de liberdade (D’ARCAIS, 2006, p.10-13). De um modo geral, a democracia representativa como vista por Arendt, ainda não cumpriu o seu verdadeiro papel para com os cidadãos e representa uma “ameaça à pluralidade humana”. Através do seu mecanismo de representação política, “os muitos se transformam em um”, suas pluralidades se condensam em “um só corpo político” que é “o corpo do representante” e os cidadãos são afastados das discussões políticas (CÓRDOVA; MONTÚFAR, 2006, p.101-102). Para Arendt, a democracia representativa funciona, de um modo geral, de acordo com os interesses dos partidos políticos e está longe de ser o verdadeiro espaço onde os homens possam agir em conjunto, isso a deixa vulnerável. É verdade que seus principais “inimigos” perderam a legitimidade aos olhos da maioria dos homens, mas isso não quer dizer que ela não esteja em risco. Não se pode negar, por exemplo, que existem pessoas em nossa sociedade e ao redor do mundo que não apoiam esse tipo de governo ou que simplesmente não se alinham com o “espírito” da democracia representativa. Mesmo entre os apoiadores desse sistema político, não é raro ouvir que, constantemente, ele desvia do seu sentido ou função.

Tudo isso leva a crer que a democracia representativa não pode se estagnar e nem se acomodar; ela precisa evoluir constantemente e se esforçar para se constituir de uma vez por todas como um verdadeiro espaço de liberdade para os cidadãos se, de fato, sua pretensão é ser

o exemplo máximo da reconstrução da política, diante daquilo que foi o totalitarismo. Não parece ser prudente negligenciar, por exemplo, o fato de que quando falta aos homens espaços para manifestação da liberdade, para ação em conjunto, eles podem querer buscá-los em formas de organizações ou de governos que, infelizmente, nem sempre costumam se alinhar com o “espírito democrático”; e isso pode ser extremamente perigoso, principalmente quando se vive em uma época em que “os elementos do pensamento totalitário [...] existem em todas as sociedades livres” (ARENDRT, 1993, p.40). Portanto, apesar de ser um sistema político diferente do sistema totalitário que aniquilou a liberdade ao eliminar todos os espaços para a sua manifestação, a democracia representativa aos olhos de Arendt, não deixa de ser uma ameaça à liberdade dos cidadãos ao afastá-los da efetiva participação nas “discussões” e “debates políticos” que, infelizmente, são realizados na maioria das vezes entre os “representantes” eleitos e, frequentemente, giram em torno de interesses particulares, sejam eles pessoais, partidários ou de um grupo específico.

De um modo geral, não parece ser exagero afirmar que, sob o sistema representativo de governo, há uma alienação da ação política dos indivíduos; afinal, são os partidos e os “representantes” eleitos que decidem “nas instâncias formais de representação” sobre os temas que competem à sociedade. A democracia representativa coloca “as elites no centro do processo de decisões e confere um papel irrelevante à sociedade” (CANSINO, 2006, p.26). Em termos arendtianos, na democracia representativa não há, portanto, uma vivência da liberdade na ação e no discurso; ela é restringida, como disse Neto, “ao mínimo instante do voto”, a democracia representativa atrofia “os espaços da liberdade, ou seja, os espaços de expressão, discussão e decisão conjunta dos cidadãos” (NETO, 2013, p.58). Para Arendt, a política precisa ser necessariamente uma atividade absolutamente oposta ao totalitarismo, com o respeito incondicional à capacidade humana de se fazer presente em um espaço público e manifestar a sua liberdade através de ação e do discurso na presença de seus semelhantes. Como destacou McCarthy, se “nos campos da morte” dos governos totalitários prevaleceu a eliminação da espontaneidade que levou os homens a um “silêncio parecido a dos brutos”, bem como a destruição “sistemática da dignidade humana através da ideologia e do terror”, em uma verdadeira república deve prevalecer um “espaço de liberdade pública” onde os homens se revelam através de “palavras e atos” (MCCARTHY, 2000, p.42).

Para Arendt, a política digna desse nome se fundamenta na pluralidade humana, respeita a convivência entre diferentes e preserva o espaço público como lugar por excelência onde os homens manifestam a sua liberdade através do diálogo e da ação em conjunto, por isso ela

precisa ser uma luta constante contra todo e qualquer indício ou vestígio do totalitarismo e outros regimes opressores. Se Arendt desconfia da democracia liberal contemporânea é, certamente, porque não percebeu nesse sistema de governo o perfeito funcionamento das características políticas mencionadas. Aos olhos da autora, o mecanismo da representação política é uma ameaça à pluralidade, à condição humana de ação, à liberdade e ao sentido da política. E no campo da política, não se pode imaginar que alguém seja capaz de ficar indiferente ao ver a liberdade sendo ameaçada; afinal, “a *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é ação” e “os homens são livres [...] enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDDT, 1972, p.192, 199).

A política deve se esforçar para que a liberdade dos indivíduos não seja ameaçada; na verdade, ela precisa ser idêntica à liberdade e reconhecer, de uma vez por todas, que não existe “apenas um homem na Terra [...] toda a esfera política da vida humana existe somente graças à pluralidade dos homens, graças ao fato de que um homem só simplesmente não seria humano” (ARENDDT, 2008, p.478). Portanto, se a política insiste em permanecer entre nós como uma atividade indispensável, é preciso insistir também para que ela recupere o seu verdadeiro sentido ou sua razão de ser que, em termos arendtianos, é a liberdade. A política se enfraquece consideravelmente quando deixa de funcionar como “esfera pública” onde todos os cidadãos têm a oportunidade de manifestar a sua liberdade através de discussões e debates sobre assuntos de interesse comum; ela também se coloca em risco quando a liberdade política efetiva se torna privilégio de alguns, isto é, daqueles que são eleitos.

Criticar ou questionar a democracia representativa como fez, por exemplo, Arendt, não significa necessariamente negar a representação política em si, mas alertar para que o seu funcionamento se ajuste ao verdadeiro sentido da razão de ser da política, a saber, a liberdade como participação política efetiva; é preciso conceder a todos igual oportunidade na vida política da república. Política não é e jamais deverá ser privilégio de alguns, ela é uma atividade de todos os cidadãos. Se alguns preferem utilizar a expressão “falência da política” ou “falência política” para descrever a situação atual dessa atividade, neste escrito prefere-se dizer que, frequentemente, ela corre risco ao andar pelos caminhos que destoam da sua razão de ser; isso significa dizer que ela não está “falida”, mas como das atividades indispensáveis, ela precisa se firmar definitivamente como verdadeiro espaço de liberdade que não dispensa e nem limita a participação política dos cidadãos.

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **A dignidade da política**. Trad. Antônio Abranches., et ali. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Totalitarismo. Trad. Adriano Correia. **Inquietude**, Goiânia, v.2, n°2, p.229-237, ago/dez, 2011.

CANSINO, César. Calidad de la democracia: paradojas y contradicciones. In: ÁLVAREZ Lúcia; SAN JUAN, Carlos; MEJORADA, Cristina (Coords.). **Democracia y exclusión: caminos encontrados en la Ciudad de México**. México, D.F. : Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

CÓRDOVA, Holger Paúl y MONTÚFAR César. Vivir la democracia desde la participación ciudadana: los movimientos sociales y los partidos políticos. In: CÓRDOVA, Holger Paúl; ECHEVERRÍA, Julio; MONTÚFAR César (Coords.). **Vive la ciudadanía y la democracia: foro de Educación ciudadana por una cultura democrática**. Quito: UCE, 2006.

CRICK, Bernard. **Em defesa da política**. Trad. Juan Sobrinho. Brasília: UnB, 1981.

D'ARCAIS, Paolo Flores. Once tesis sobre Hannah Arendt. Trad. Alejandro Pradera. **Claves de Razón Práctica**. Madrid, n°168, p.10-13, dez, 2006.

MBONDA, Ernest-Marie. **Justice ethnique: Identités ethniques, reconnaissance et représentation politique**. Québec: Presses de l'Université de Laval, 2009.

MCCARTHY, Michael. **El pensamiento político de Hannah Arendt**. Lima: Antonio Ruiz de Montoya, 2000.

MÈLICH, Joan-Carles. **Totalitarismo y fecundidad: La filosofía frente a Auschwitz**. Rubi (Barcelona): Antropos Editorial; Monterrey (Nuevo León): Escuela de Ciencias de la Educación, 1998.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Trad. Ana Cecilia Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. A crítica arendtiana à democracia liberal e o sentido político da liberdade. **Cadernos de ética e filosofia política**. São Paulo, n°23, p.52-61, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

VICENTE, José João Neves Barbosa. Rousseau e Arendt: defensores da liberdade política. **Diaphonía**, v.3, n.2, p.83-91, 2017.